

+

Asemana



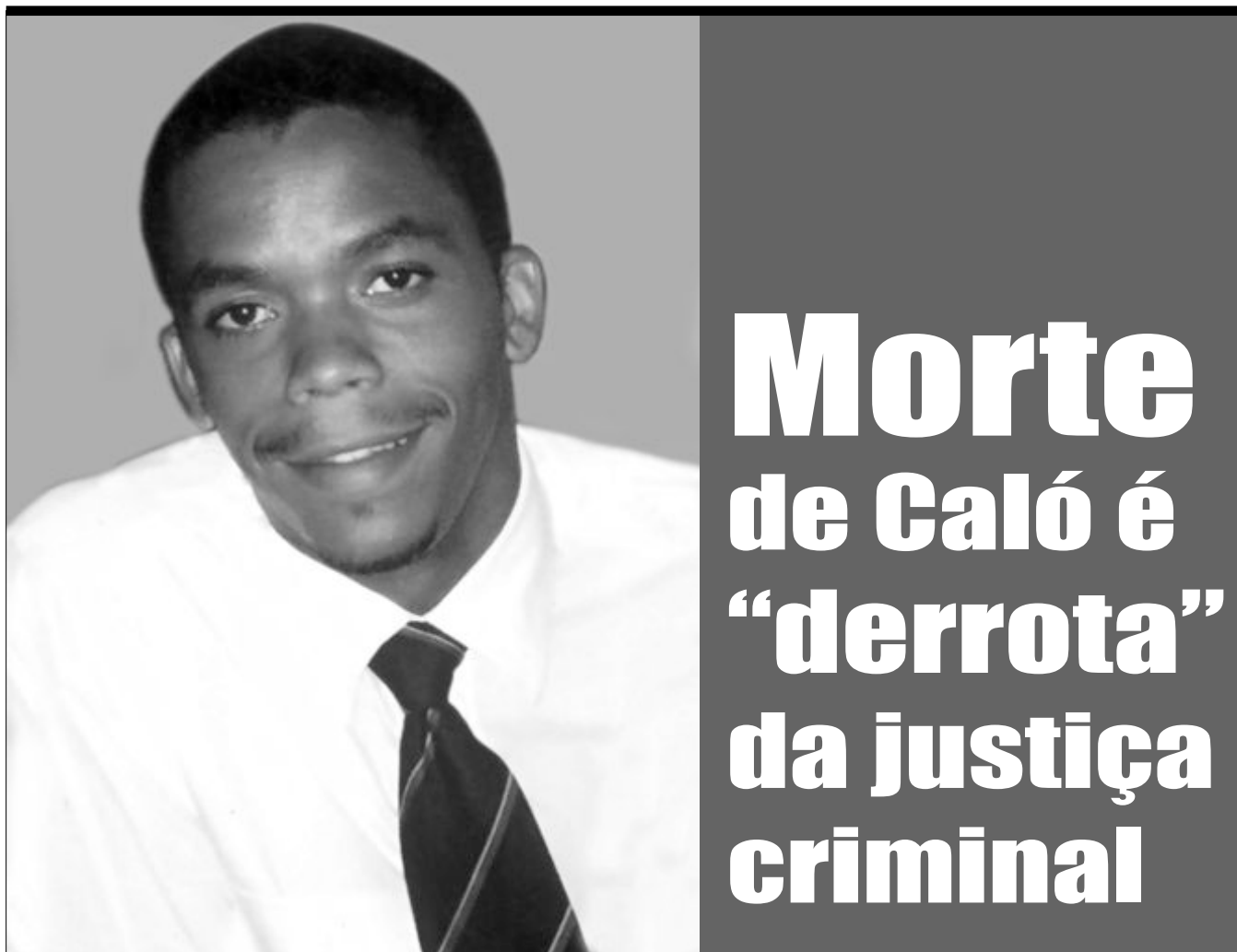
SEXTA-FEIRA, 14 DE DEZEMBRO DE 2007 • ANO XVII • Nº 827 • SEMANÁRIO • PREÇO: 100\$00

DIRECTORA: FILOMENA SILVA

JÚLIO CORREIA DEIXA GOVERNO

Júlio Correia, ministro da Administração Interna, apresentou ontem ao chefe do governo, José Maria Neves, a sua demissão do executivo. E o primeiro ministro aceitou. A "dilatação" do prazo para o recenseamento eleitoral geral está entre as causas dessa decisão. Dignidade e coerência são as palavras utilizadas por Correia para justificar a sua atitude.

Pág. 5



- Giboli ainda não é arguido
- São Martinho, o elo mais fraco
- Mercado para morrer

Pág. 2 a 4



+



IV Prémio GARANTIA Jovens Pintores

Palácio da Cultura Ildo Lobo
De 18 de Dezembro de 2007 a 03 de Janeiro 2008

Exposição



GARANTIA SEGUROS

mais perto de si

+



O assassinato de Caló, na Cadeia de S. Martinho, «é uma derrota para a realização da justiça criminal». Este é o desabafo de um magistrado, para quem é inaceitável que um cidadão que se dispôs a colaborar com a justiça não tenha podido gozar de protecção suficiente para evitar a sua morte dentro da própria cadeia. Reagindo ao facto, o governo decidiu «acelerar» as medidas que tinha em vista para o reforço da segurança do sistema prisional. Uma delas será a entrada em funcionamento da nova ala prisional de S. Martinho.

Morte de Caló é “derrota” da justiça criminal

Queima de arquivo continua a ser a hipótese mais forte para o assassinato de Carlos Navy Moreira, Caló, na noite de quinta-feira, 06, na Cadeia de S. Martinho, depois de baleado com três tiros. Tal como o avançado em primeira-mão por **A Semana** na edição anterior, Giboli é o suspeito principal pela morte do ex-comissário de bordo da TACV, preso no ano passado com dois quilos de cocaína quando rumava para Amsterdão.

No fim da tarde de quinta-feira, 06, terminado o período de visitas, fechado o portão da Cadeia de S. Martinho, tocada a sineta para o jantar, os presidiários juntaram-se no refeitório para o rancho. Por ter recebido nessa tarde a visita da mãe, Caló preferiu retirar-se para a sua cela com as coisas que ela lhe levava. Ademais, tinha um livro para acabar de ler.

No pátio, consta, ficou Giboli. Munido de uma arma, aproximou-se da cela de Caló e através das grades da janela disparou três vezes. De seguida livrou-se da arma, atirando-a para dentro de um recipiente com água, meteu as mãos nos bolsos e caminhou tranquilamente para o refeitório onde se juntou aos demais encarcerados, jantando com muito apetite. Depois voltou ao pátio para fumar um cigarro, como se nada se tivesse passado.

Dado o alerta, e diante do alvoroço que se instalou na cadeia, Giboli tratou de mostrar que nada tinha a ver com o sucedido, perguntando aos demais colegas o que se estava a passar. O seu azar é que ele terá sido visto a atirar em Caló por mais alguém que se encontrava no local. Denunciado, de imediato, Giboli foi “neutralizado”, encontrando-se desde então separado dos restantes presos.

As nossas fontes afirmam que até agora Giboli nega ter morto Caló, uma atitude por ele adoptada, também, aquando das mortes de Herminio e Cula, em 2004 e 2005. Daí que, muito dificilmente, será pela via da confissão que a polícia o poderá acusar pelo crime do passado dia 6. Entretanto, para efeitos de perícia, a arma utilizada e outros objectos foram já encaminhados para análise em Portugal.

Morto Caló, o que se pergunta é qual a motivação do crime, quem é o seu autor moral, quem passou ao executante a Walter utilizada no crime, sendo essa, em Cabo Verde, uma arma apenas permitida às autoridades, designadamente policiais, em uso inclusive pelos agentes da Guarda Prisional.

São estas e outras questões que a PJ procura desvendar, ao mesmo tempo que deve

estar a decorrer um inquérito ordenado pelo ministro da Justiça de modo a apurar as responsabilidades, se as houver, junto do pessoal prisional. Estima-se que os dois inquéritos, um criminal e outro administrativo, devam ficar concluídos dentro de um mês.

Falando na segunda-feira sobre o ocorrido, o ministro da Justiça reconheceu que o governo vai ter que acelerar as medidas que tinha na forja para o reforço da segurança nas prisões do país. “*Há consciência de que há a necessidade de uma maior securização do sistema prisional*”, disse José Manuel Andrade.

Tais medidas, que vão exigir um elevado esforço financeiro, apurou este jornal, passam pela construção de novas cadeias, especialmente, de uma verdadeira cadeia de alta segurança em Santiago. Mas também pela introdução de aparelhos de Raio X à porta das penitenciárias e câmaras de video-vigilância no seu interior, além de mais viaturas e recrutamento de novos guardas prisionais. São medidas, diz um crítico, que há muito deviam estar adoptadas mas que até aqui continuam, à boa maneira crioula, no “*mundo da retórica*”.

É o caso, por exemplo, da nova ala da Cadeia de S. Martinho, em construção desde

Agosto do ano passado e que devia ser entregue agora em Dezembro, mas que, devido ao atraso das obras, apenas deverá ficar concluída em Fevereiro ou Março de 2008. Essa infraestrutura, de acordo com uma fonte, deverá ter condições para “*separar, bem, os presos perigosos dos menos perigosos*”, com alas para jovens, mulheres, etc.

Uma outra acção que, segundo um magistrado, por enquanto, continua no tal mundo da retórica, é a lei de protecção de testemunhas aprovada há algum tempo, mas tida como sendo “*muito abstracta*” e por isso “*insuficiente*” para os fins que se pretende. Aliás, desapontada com a eliminação de Caló, essa fonte pergunta a si própria quantos processos não irão ficar “*inconclusivos*” com a eliminação do ex-comissário de bordo da TACV.

“*Havia sinais de que ele era uma testemunha chave no esclarecimento de vários casos pendentes*”, prossegue. “*Havia por isso uma obrigação de se dispensar uma atenção especial ao caso dele. A sua morte é uma derrota para a realização da justiça criminal em Cabo Verde*”. E, sendo assim, conclui, “*outras pessoas, na mesma situação, irão pensar duas vezes antes de colaborar ou não com a justiça*”.



SUPERCOMPRA

Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes, Lda. Sempre Consigo



Rua Angola n.º 23 – S. Vicente
 Telef. 232 31 57 – Fax. 232 31 54
 Móvel. 997 98 53

Mercado para morrer

Os problemas de Carlos N. Moreira com os "parceiros" do narcotráfico começaram bem antes de ele ser preso pela polícia, em Agosto do ano passado, quando foi encontrado com dois quilos de cocaína.

Caló, segundo testemunhos vários, mesmo antes da sua detenção, por três vezes, pelo menos, viu a vida por um fio, em duas delas com armas de fogo pelo meio. Uma quando um dia descia a rampa de S. Januário no seu automóvel e outra quando ia entrar na sua residência na Achada de Santo António, tendo em ambas escapado com vida. Suspeita-se ainda que o acidente que fez o seu Honda chocar com um outro carro e do qual ele Caló saiu com lesões na boca e em outras partes do corpo possa também estar relacionado com a vida perigosa que passou a ter a partir do momento em que se envolveu com o mundo da droga.

O que muitos se interrogam é se essas tentativas de eliminação não terão sido, apenas, avisos do que lhe podia acontecer caso não cumprisse o que se esperava dele. No rol de histórias recolhidas por este jornal há uma que refere que Caló terá recebido pagamento antecipado por um determinado serviço que se viu depois em dificuldade de realizar.

Fora isso, persiste a ideia de que, atraído pelo enriquecimento fácil, Caló abraçou inicialmente com convicção a carreira de "correio" de droga, aproveitando as facilidades da profissão, mas que, com o tempo, decidiu mudar de vida. E terá sido a partir daqui que parte dos seus problemas começaram, nomeadamente, por causa das pressões a que passou a estar sujeito.

Jovem, bem apessoado, enquanto esteve no esquema, Caló passou a ostentar sinais de riqueza, melhorando inclusive a vida de parentes mais chegados. Adquiriu um automóvel, adorava telemóveis, perfumes e roupas de marca, etc., bens esses que dificilmente poderia justificar apenas com o salário de assistente de bordo, ainda por cima, em início de carreira. No dia em que foi preso conseguiu telefonar para o seu "contacto" a quem pediu que lhe arranjasse um advogado. A resposta que teve foi: "Desenrasca-te". Foi a partir daí, diz uma fonte, que decidiu colaborar com a justiça.

A história de Caló é um exemplo das tentações a que os jovens cabo-verdianos estão sujeitos, sendo a droga, não poucas vezes, uma atracção mortal, tanto para aqueles

que a consomem, como para aqueles que lidam no seu negócio. A ter que haver uma moral, a história de Caló ensina que, em matéria de droga, o melhor é não começar. Começa-se com um charro, depois evolui-se para uma droga mais pesada, e aí por diante. No caso da vida de "correio", começa-se e depois não há como fugir da rede. Ou seja, há sempre um começo para um fim que quase sempre é trágico. Carlos Navy Moreira, 26 anos, morto na quinta-feira, 06, é exemplo disso.

CALÓ ESTEVE NO ISOLAMENTO

Caló estava em regime de protecção, revelou a este jornal uma fonte do Ministério da Justiça, que, à semelhança das demais, prefere não ser identificada. Ainda de acordo com ela, o extinto estava separado da "ala dos condenados" e gozava de um "tratamento, de certo modo, diferenciado" em relação aos demais presos.

"Ele esteve em situação de isolamento em regime de protecção, mas estas situações estigmatizam os presos", diz a mesma fonte, facto esse que terá ditado momentos em que "essa protecção poderá ter sido relaxada". "Os familiares de Caló estavam ao corrente do plano de protecção", acrescenta.

Desde que foi preso em Agosto do ano passado, Carlos N. Moreira encontrava-se em regime de prisão preventiva, aguardando, por isso, na prisão o seu julgamento. Ao que consta foi com a sua colaboração que a justiça cabo-verdiana conseguiu chegar a Zé Diego, preso em Lisboa e extraditado para Cabo Verde, estando em prisão (preventiva) na Cadeia da Ribeirinha, em S. Vicente, com os seus bens (prédios e viaturas) arrestados. Caló terá confessado que a droga encontrada na sua posse era de Zé Diego.

Em Agosto do ano passado, Caló ainda protagonizou uma fuga quando levado para o Hospital Agostinho Neto, na Praia, para tratamento a uma infecção urinária. Conseguiu fugir, acabando semanas mais tarde por ser recapturado na ilha da Boa Vista, num bairro de barracas. Na sua posse foram encontrados 300 mil escudos, aparentemente, destinados a financiar a sua fuga para um outro país. Os meandros dessa fuga nunca foram revelados.



S. MARTINHO o elo mais fraco

O sistema penitenciário, em especial a Cadeia de S. Martinho, encontra-se "fragilizado" e esta é uma situação que preocupa sectores que lidam com a criminalidade no país, sobretudo agora que o crime se mostra, cada dia, mais sofisticado. O motim do Natal de 2005 e agora a morte de Caló são sinais, no entender de tais sectores, demonstrativos dessa fragilidade.

No dizer de uma fonte, em Cabo Verde, a questão dos direitos humanos "encontra-se excessivamente focalizada nas cadeias". Este facto, referem outros observadores, pode ter levado a um "relaxamento" nas medidas preventivas e de segurança, o que acabou por conduzir à situação actual, que permitiu o assassino de Caló ter acesso a uma pistola e actuar quase na certeza de que não seria apanhado. No dia do crime, para uma população de 603 presidiários, estavam de serviço apenas 13 guardas.

O "relaxamento" actual, segundo a nossa fonte, surge em contraponto ao "excesso de rigor" que antes havia e que conduziu, também, ao motim de 2005. "Na altura o sinal de crítica era que havia excesso por parte das autoridades em relação aos presos e agora é o contrário, que as coisas não podem continuar como estão, é preciso mais segurança, etc. É por isso que a segurança não pode ser moda, com elementos de circunstância, ou há segurança ou não há, por isso ela tem de ser permanente", defende.

E, recordando o pretexto que despoletou o motim de 2005 (o "excesso de rigor" dos guardas na entrada de familiares dos presos), aquela mesma fonte pergunta: "Alguma vez têm de ser os familiares ou os presos a dizerem aos responsáveis de uma prisão a que horas e como as visitas são feitas? Em que lugar do mundo isso existe?"

Na mesma linha um magistrado refere que S. Martinho tem vindo a sofrer "um desgaste perma-

nente" junto da opinião pública, que acaba "por inibir o sistema de segurança". Lamentavelmente, para essa fonte, "o discurso dos direitos humanos tem vindo a ter uma incidência sobre as cadeias. Os presos têm acesso fácil à comunicação social, de tal modo que é difícil impor o rigor nas cadeias neste momento".

Para a mesma fonte, dentro dos limites da lei, "é preciso não esquecer que quem está na cadeia tem os seus direitos inibidos". E mais: "Também não nos podemos esquecer que a segurança e a tranquilidade do país são extremamente importantes para Cabo Verde" e nisto não pode haver nem "excesso" nem "relaxamento".

Mas este é apenas um dos elos fracos desta cadeia. No caso da morte de Caló, uma das questões a serem averiguadas é como uma arma, Walter, vai parar às mãos de um preso que elimina um outro colega. "Não sendo, por exemplo, uma arma que está ao serviço da Guarda Prisional, como é que uma arma daquele tipo entra em S. Martinho? Como é que se deixa um preso, condenado a 19 anos de prisão por homicídio, afastar-se do restante grupo, aproximar-se de uma cela que não é a sua e atirar a matar, três vezes, sem que ninguém dê por isso? Portanto, por mais que se diga, não há como os guardas prisionais escaparem desta", diz uma fonte deste semanário, para quem a GP é neste momento "uma zona de penumbra", que precisa ser clarificada.

Há testemunhos de situações de promiscuidade entre guardas e presos, havendo casos de presos que parecem deter sobre os guardas uma relação quase que patronal. É neste quadro que armas, telemóveis e outros utensílios acabam por entrar na cadeia, não se sabendo ao certo como. O inquérito, ordenado pelo ministro José Manuel Andrade, se quiser, pode ter muito pano para manga.

Sociedade civil preocupada

A Ordem dos Advogados condena o homicídio que ditou a morte de Carlos Moreira, juntando-se a outras entidades da sociedade civil, entre elas a Comissão Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania.

Além de condenar o acto, através de um comunicado, a OACV exige que sejam "adoptadas medidas imediatas e profundas de segurança nas cadeias, que contribuam para que casos semelhantes não

voltem a repetir-se".

Fora isso, a OACV espera também ser "informada dos resultados do inquérito" ordenado pelo Ministério da Justiça, pois, "para além do homicídio em si, preocupa, sobremaneira, a ORDEM a problemática do respeito dos direitos humanos na cadeia. Como se sabe, é uma das atribuições da ORDEM pugnar pela defesa dos direitos humanos".

STAND MODERNO

UMA FIRMA EFICIENTE PARA LHE SERVIR

RentAuto, Lda.
A SUA EMPRESA DE ALUGUER DE AUTOMÓVEIS

Tel: 231 51 52 / Tlm: 991 62 96 - 996 65 92 / Fax: 232 74 70
Tel: 231 96 64 / Tlm: 996 65 92 / Fax: 231 97 06 - 232 74 70 / E-mail: standmoderno@cvtelecom.cv / officinastand@cvtelecom.cv

Rua Franz Fannon - 43 - Mindelo

Avenida Manuel de Matos - CP 361 - Mindelo - S. Vicente - Cabo Verde



GIBOLI

ainda não é arguido

Edson de Pina Vieira, Giboli, ainda não foi constituído arguido, mas tudo continua a apontar que foi ele quem baleou Caló no passado dia 6. Segundo uma fonte, o visado não assume a culpa e, pelo conhecimento que têm da personalidade da pessoa em causa, nem as autoridades contam com isso. Essa foi, recorda, a mesma atitude por ele adoptada nos casos da morte de Hermínio e Cula, em 2004 e 2005, um trabalho feito em parceria com Zifa, condenado como Giboli a 19 anos de prisão e hoje encarcerado na Ribeirinha, em São Vicente.

Descrito por uma das nossas fontes como um “assassino nato”, Giboli, 24 anos é natural dos Mosteiros, ilha do Fogo, foi levado ainda criança para os EUA de onde foi repatriado. O ar pueril do rapaz que depois de ser repatriado dos Estados Unidos ainda foi jogador da

Seleção Nacional de Basquetebol contraria em absoluto a ideia que hoje se tem dele, a de um “killer” profissional e, ao que parece, frio e eficiente.

Uma vez constituído arguido pela morte de Caló, Giboli terá direito a um advogado, tal como impõe a lei, porque vai ser novamente julgado por mais um crime. “Independentemente da sua responsabilidade neste caso, trata-se de um crime autónomo e será julgado por isso, tendo por conseguinte direito à defesa”, explicou-nos um jurista.

Entretanto, na parte que lhe toca, a Polícia Judiciária tem o esclarecimento da morte de Caló na lista das suas “prioridades máximas”. De acordo com uma fonte dessa instituição, todas as hipóteses estão neste momento a ser trabalhadas, de modo a que nenhuma ponta deste novelo fique solta.

Júlio Correia deixa Governo

Júlio Correia, ministro da Administração Interna, apresentou ontem a José Maria Neves a sua demissão do executivo, aceite de imediato pelo chefe do governo. A “dilatação” do prazo para o recenseamento eleitoral geral está entre as causas dessa decisão. Dignidade e coerência são as palavras utilizadas por Correia para justificar a sua atitude.

Júlio Correia comunicou ontem aos seus colaboradores que vai deixar o governo. Ontem, logo pela manhã, e menos de 24 horas depois da sessão do Conselho de Ministros, que aconteceu na quarta-feira, JC apresentou ao chefe do governo a sua decisão. A demissão foi aceite e José Maria Neves procura já um novo titular para a Administração Interna.

A este jornal JC assegurou que deixa o governo por uma questão de “dignidade e coerência”, sem no entanto entrar nos meandros dessa sua decisão por dever de lealdade para com os seus colegas. “Confirmando que apresentei ao senhor primeiro-ministro a minha demissão, fi-lo sem drama, serenamente, por uma questão de dignidade e coerência. Também não estou magoado

nem ressentido com ninguém”.

Segundo várias fontes, a gota de água que levou Júlio Correia a deixar o executivo está relacionada com a prorrogação do prazo para o recenseamento eleitoral geral, que termina a 31 deste mês. Colocado o assunto sobre a mesa no Conselho de Ministros de quarta-feira, JMN “ordenou” a JC que tratasse do assunto com o MpD, de modo a que o problema surgido em torno desse prazo fosse ultrapassado.

Mas JC contrapôs que não tendo integrado a comissão paritária que negociou com o MpD a revisão do Código Eleitoral – aqui o governo fez-se representar pela ministra da Presidência do Conselho de Ministros, Cristina Fontes –, e conhecidas que são as suas críticas a certas soluções adoptadas,



entendia que não devia participar dessa nova busca de solução. Aliás, ele, JC, defende não ser necessária essa negociação. Enfim, esticada a corda, e desafiado por JMN a assumir as suas responsabilidades, Correia formalizou ontem a sua demissão.

Júlio Correia, 46 anos, sociólogo, entrou para o governo em 2002, interrompendo o seu segundo mandato como edil dos Mosteiros, ilha do Fogo. Antes da Administração Interna dirigiu o Ministério do Trabalho e Solidariedade. A nível do partido, foi no mandato anterior um dos vice-presidentes do PAICV.

Mas foi na Administração Interna, onde pôde levar avante vários dossiers tidos como sensíveis, o mais importante dos quais a criação da Polícia Nacional,

onde Júlio Correia acabou por se destacar. Como titular da Administração Interna tinha também sob a sua responsabilidade o dossier eleitoral, como tutela da Direcção Geral da Administração Eleitoral, DGAE, além da Protecção Civil.

Embora não saiba ainda o que vai fazer, é bem provável que JC acabe por assumir o seu lugar de deputado eleito pelos Mosteiros. Assumindo-se como um homem de causas, Correia diz que para ele a vida e a luta continuam. “Tomo esta decisão de sair do governo em nome daquilo que julgo representar dentro do PAICV. Em nome disso, e também em nome da minha dignidade pessoal, e em coerência com aquilo que sempre defendi, entendo não haver razões para continuar no governo”.

2007: ANO VINTAGE



JOSÉ MARIA VARELA

“
**De aparas de povos de
 dois continentes, com
 a fusão das culturas
 africana e europeia,
 resultou esta mistura
 crioula, nação muito
 antes de ser estado.**
 ”

O ano de 2007 foi de boas colheitas, embora as chuvas, escassas, pouco ou nada contribuísem para esse balanço positivo. Com efeito, quanto às azáguas, tudo muito fraquinho. Os frutos vieram de outros campos. No caso, os louros vão em especial, para as conquistas conseguidas no terreno da diplomacia, do desporto, da infraestruturização. Como resultado, e em resumo, mais desenvolvimento. Facto curioso, Cabo Verde enfrentou um mau ano agrícola mas por coincidência, a América anunciou que deixaria de conceder a tradicional ajuda em cereais porque, no seu entender, o nosso país deixou de ser vulnerável. Visto assim, acaba por ser uma boa notícia. Há algumas décadas, falta de chuva ou de ajuda alimentar seria sentença de morte. Na prática, “*cai na mar cu capote*”. Hoje, um mau ano agrícola, é uma contrariedade mas nunca sinónimo de carestia e morte. É verdade que o passado deste arquipélago, feito de fomes cíclicas, parecia determinar, de forma fatal o seu destino. A ponto de, aquando do nascimento do Estado, especialistas terem sentenciado que aquilo era um nado-morto. Três décadas depois, já ninguém duvida da viabilidade do país que, em vários aspectos, continua a surpreender o mundo.

Por ocasião do XXX aniversário da independência, fui assistir às cerimónias comemorativas, na avenida Cidade de Lisboa e encontrei-me

com o meu amigo Jacinto Santos que fez uma observação que me vem à mente, sempre que é inaugurada uma escola, uma estrada, etc. Segundo ele, se se tivesse feito em Cabo Verde, nos primeiros 500 anos, o que se fez nos últimos 30, as nossas condições de partida seriam outras e os resultados ainda bem melhores.

O que lá vai, lá vai e resta-nos transformar utopia em realidade. Tornar a “*marca*” Cabo Verde conhecida e respeitada; passar de país em vias de desenvolvimento para país de desenvolvimento médio; estabelecer parceria especial com a União Europeia; subir mais alguns lugares no relatório sobre o índice de desenvolvimento humano; entrar para a Organização Mundial do Comércio; inaugurar algumas infraestruturas estruturantes tais como o aeroporto da Boavista ou a circular da Praia; conquistar o 2º lugar na Taça Amílcar Cabral ou a medalha de bronze no Afrobasket 2007, tudo isto são marcos do ano que está prestes a terminar.

Para uma boa colheita é preciso que ocorra uma conjugação de diversos factores favoráveis. Parece que foi o caso. De aparas de povos de dois continentes, com a fusão das culturas africana e europeia, resultou esta mistura crioula, nação muito antes de ser estado. Os embaixadores das ilhas—emigrantes, músicos e diplomatas—, fizeram marketing pelos quatro cantos do mundo.

A persistência do povo, a esperança/confiança no futuro e a boa governação são igualmente elementos de um processo, iniciado antes, e que contribuiu para os resultados positivos que hoje comemoramos, como uma conquista colectiva.

Com notícias boas, verifica-se que se instala um certo clima de euforia do tipo “*já ganhámos*”. Mas é bom que também se tenha a plena consciência de que Cabo Verde deu um salto, implicando novos desafios pela frente e que estamos perante uma mudança radical dos paradigmas. Isto quer dizer que aumenta o grau de exigência, é preciso saber fazer, ter mais responsabilidade e trabalhar mais. Caso contrário, a nossa (legítima) ambição de entrar no clube selecto de países desenvolvidos, nos próximos anos, não passará de um sonho. Será igual à corrida do burro: ti pé di subida.

Se nos vinhos, um ano vintage, marcado pela qualidade excepcional de produção, acontece de quando em vez, temos a obrigação de criar todas as condições para que em Cabo Verde, uma colheita idêntica à de 2007 se repita com mais frequência. Para o ano que vem, e quanto às infraestruturas, parece que está tudo bem encaminhado (aeroporto de São Vicente, via rápida Praia-Tarrafal, Porto da Praia, ...). No resto, é fazer ginástica de manutenção. Está tudo nas nossas mãos.

O LIVRO BRANCO DA PARCERIA UE/CV

“Estas ilhas parecem ter estado adormecidas desde a noite dos tempos à espera de poderem ser... Portugal.”

ADRIANO MOREIRA



ANTÓNIO LUDJERO CORREIA

“
**Seria de bom-tom
 não menosprezar a
 importância dos fundos
 europeus. E é mesmo
 um erro proclamar
 que eles não são tão
 importantes como isso.
 Eles são IMPORTANTES
 e fomos atrás deles, sim
 senhor.**”

A parceria especial destina-se a reforçar a concertação e a convergência entre ambas as partes (UE/CV), permitindo acrescentar um quadro de interesses comuns à relação tradicional dador/beneficiário. Esta a finalidade da parceria, conforme se vê do documento que a Comissão Europeia submeteu ao Parlamento Europeu e ao CAGRE.

Perceberam agora o que é a propalada parceria UE/CV? Não? Arre! Vamos lá a ver se nos entendemos.

Você quer estar entre PhD's mas ainda não se doutorou. É bom aluno; discorre articulado, com ciência e profundidade, sobre vários assuntos da actualidade; ministra cursos sob a regência de um catedrático; tem um pensamento filosófico avançado; há muito que avançou das abordagens superficiais para interpretações filosóficas das questões; enfim, você pode ser confundido com um PhD, mas, formalmente, ainda não é um PhD. Certo? Como resolver isso?

Vai ter com um dos seus tutores e diz-lhe: **Mestre, quero ter um título académico que me coloque, ao menos formalmente, ao nível de V. Quero reger a minha própria cátedra. Quero que a nossa relação protegido/protector avance para uma, digamos, parceria. O que acha que poderá acontecer?**

O mais certo é o Mestre - se ele for um cara porrêta, amigo mesmo, e se reconhecer que você tem potencial e que pode, de facto, vir a ser um bom parceiro - assumir-se como teu mentor; te ajudar a montar um belo programa de doutoramento; a identificar uma boa Universidade; e a conseguir uma bellissima bolsa de estudos. O que tem D. Carlos a ver com o barco?

Tudo. Imagina o nosso Cabo Verde, mais a sua indómite vontade de crescer e aparecer, como sendo o fulano muito bom, mas a quem falta o canudo. Será difícil fazer a União Europeia trajar as vestes do velho Mestre, catedrático porrêta, amigo mesmo, daqueles que não têm medo da sua sombra e que são capazes de

dar luzes a quantos queiram ser iluminados? Parece que não. É-te difícil abstrair e considerar «**les six piliers**» do PLANO DE ACÇÃO como sendo as disciplinas centrais do PROGRAMA DE DOUTORAMENTO? BOA-GOVERNAÇÃO, SEGURANÇA/ESTABILIDADE, INTEGRAÇÃO REGIONAL, CONVERGÊNCIA TÉCNICA E NORMATIVA, SOCIEDADE DO CONHECIMENTO e LUTA CONTRA A POBREZA. Podes ou não entender que os fundos e a assistência técnica constituem uma espécie de bolsa de estudos? Entendes ou não que se não obtiveres bons resultados a bolsa pode ser suspensão?

Então é isso mesmo. Os seis pilares do Plano de Acção são seis desafios que são postos a Cabo Verde, seus governantes e governados. Entendendo-se que seja possível atingir-se bons níveis nessas seis disciplinas e reconhecendo-se que será preciso dedicação a tempo integral, para poder dar conta delas, oferece-se, concomitantemente, um mecanismo de financiamento. O FEDER, o FED, incluindo as facilidades de investimento geridas pelo BEI, o OG da União, recursos próprios do BEI, etc., estarão acessíveis para ajudar o amigo Cabo Verde a sair-se bem dos desafios lançados e aceites. É exactamente a situação de um boiseiro que quer cursar um doutoramento. Tem um programa, tem uma bolsa e o correspondente benfeitor, e tem a OBRIGAÇÃO de não fazer feio. Se tudo correr bem, o Conselho Científico outorga-lhe o título, após a defesa da tese. Se não, se se limitar a somar reprovações, o benfeitor corta-lhe a bolsa. É que há mais candidatos à bolsa.

Então, as conquistas são, de facto, importantes: a admissão ao programa de doutoramento; o apoio inequívoco de um orientador experimentado; e a magnífica bolsa de estudo. Estudando com afinco, vencendo os desafios, não só conservará a bolsa de estudos, como pode obter o almejado doutoramento e, quem sabe, os pós-doutoramentos que desejar. E aí, ostentará os mesmos títulos que o mentor, poderá acordar parcerias outras com os seus

«*novos iguais*» e, who knows, poderão até passar a frequentar o mesmo country club.

Mas há dois erros que, na nossa situação, não podemos cometer: menosprezar a importância da bolsa de estudos e considerarmo-nos, JÁ, PhD.

Seria muito difícil vencer os desafios que aceitamos (BOA-GOVERNAÇÃO, SEGURANÇA/ESTABILIDADE, INTEGRAÇÃO REGIONAL, CONVERGÊNCIA TÉCNICA E NORMATIVA, SOCIEDADE DO CONHECIMENTO e LUTA CONTRA A POBREZA), atingir os patamares esperados pela Comissão Europeia (os critérios de convergência serão muito exigentes), sem um plano de financiamento associado ao Acordo. Seria de bom-tom não menosprezar a importância dos fundos europeus. E é mesmo um erro proclamar que eles não são tão importantes como isso. Eles são IMPORTANTES e fomos atrás deles, sim senhor.

Outro erro seria cair no embalo do Dr. Mário Soares e acreditar que nós somos dos melhores que há e que podemos dar conta dos desafios da União Europeia (que aceitamos, orgulhosamente) com uma perna às costas. A UE não se dará por satisfeita com a nossa fasquia em matéria de boa governação, vai exigir muito mais; não seremos nós a aferir os níveis de satisfação em matéria de segurança e estabilidade; a questão da integração regional, maxime em relação à CEDEAO, terá que ser perseguida como um compromisso nacional sério, pelo que não poderá continuar dependente da carolice de uns tantos e sob o bombardeio contínuo de uma boa franja de intelectuais afro-pessimistas; não vai ser fácil a convergência técnica e normativa, uma vez que os critérios vão ser muito exigentes, obrigando-nos, por vezes, a andar aos pulinhos; construir a sociedade do conhecimento - e esconjurando os riscos de exclusão que lhe estão associados - vai-nos dar água pelas barbas; os programas de luta contra a pobreza vão ter que dar frutos e frutos visíveis (lembram-se daquela passagem da Bíblia, que diz que toda a árvore que não der bons frutos será cortada e deixada ao fogo?).

Ora muito bem. A parceria especial abriu-nos as portas da Universidade, disponibilizou-nos um bom orientador, ajudou-nos a definir um bom programa de doutoramento, garantiu-nos bolsa de estudos e explicadores (assistência técnica). Ser ou não ser doutor, só vai depender de nós. Do nosso empenho, do engajamento de todos. Aqui e na diáspora. Da situação e da oposição. Da sociedade civil - dos patrões, dos empregados, dos investigadores. E se há questão que clama por um pacto de regime, é esta.

Mas estaremos suficientemente maduros para entendermos que todos queremos o mesmo e que as eventuais divergências se situam mais nos caminhos escolhidos (os meios) para chegar ao desenvolvimento (o fim)? É que se metermos na cabeça que a alternância poderá ser “*inquinada*” por este acordo ter sido conseguido durante o mandato de José Maria Neves... temos o caldo entornado. Os fundos europeus e a disponibilidade da União Europeia estarão para Cabo Verde, nesta FASE, assim como uma bolsa de estudos e um orientador de doutoramento estão para um doutorando. Se bobear, perde o orientador e perde a bolsa. E pode ver-se obrigado a retornar ao ponto de partida.

Este acordo é, sem sombras para dúvidas, uma grande conquista. Mas encerra um enorme potencial de risco. Si nu da pa dodu, teremos que nos contentar, quando muito, com um mero APE (Acordo de Parceria Económica) como um qualquer membro do grupo ACP (África, Caraíbas e Pacífico).

E desenganem-se aqueles que acreditam (como eu, inicialmente) que tínhamos ainda um LIVRO BRANCO para preencher. O LIVRO até pode existir. Pode até estar, AINDA, em BRANCO. Mas não seremos nós (cabo-verdianos) a preenchê-lo. Disso tenho a certeza absoluta.

Opinião

semana Sexta-feira, 14 de Dezembro de 2007



Antigos administradores exigem indemnização da TACV

Três dos antigos membros do Conselho de Administração da TACV - João Higinio Silva, Armindo Sousa e João Pereira - juntaram forças para exigir da companhia aérea cabo-verdiana uma indemnização, já que - alegam - foram dispensados da empresa antes de poderem terminar um segundo mandato de três anos que tinham acordado com o Governo. Pereira já chegou a um entendimento com os advogados da TACV e desistiu da acção, mas os outros dois ex-administradores mantêm-se firmes neste processo e querem, cada um, uma indemnização de dez mil contos. O Governo garante que os três administradores pediram, primeiro, a renúncia dos seus cargos.

Deu entrada, na passada terça-feira, 11, no Tribunal Cível da Praia a contestação da TACV à acção interposta por dois dos seus antigos administradores, que exigem uma indemnização por terem sido dispensados da empresa antes do final de um mandato de três anos. A TACV defende-se, neste processo, argumentando que os ex-administradores renunciaram, primeiro, aos seus cargos, e que o Governo se limitou a fazer-lhes a vontade.

João Higinio Silva, Armindo Sousa e João Pereira (que entretanto já desistiu deste processo cível) saíram da TACV em Dezembro de 2006. No entanto, segundo conta uma fonte de **A Semana**, os três antigos responsáveis da companhia aérea já tinham pedido a renúncia dos seus cargos ao ministro dos Transportes, no dia 5 de Dezembro de 2005. Só que, na altura, o Governo não nomeou atempadamente uma nova direcção para a TACV, e aquela equipa de administradores acabou por se manter em funções até ao final de 2006, a pedido do Executivo.

Os ex-homens do leme da TACV alegam, assim, que, ao prorrogarem as suas funções na TACV, iniciaram um segundo mandato de três anos, interrompido, no final do primeiro ano, quando o Governo os convidou a deixar a empresa. E - argumentam ainda - que o pedido de renúncia que entregaram ao ministro dos Transportes não tem



validade a nível formal, porque deveria ter sido encaminhado, segundo os trâmites legais, para a Assembleia-Geral da TACV, no caso do presidente do CA, e para o Conselho Fiscal, no caso dos demais administradores. O advogado de Higinio Silva e de Armindo Sousa, Eurico Correia Monteiro, está a aproveitar este "erro" para benefício dos seus clientes (uma estratégia que, em direito, é conhecida como *venire contra factum proprium*). Tenta-se assim provar a nulidade da renúncia para conseguir uma indemnização que se sustenta no facto dos ex-administradores terem sido dispensados pelo Governo antes do final de um contrato de três anos.

"*Fomos nomeados para uma missão, que estava sendo cumprida, a nosso ver. Iniciámos um segundo mandato, em 2006, e estávamos a aguardar a entrada de uma nova administração. Só que isso não aconteceu e fomos aguentando a empresa até cumprirmos o primeiro ano do nosso segundo mandato, quando o Governo nos convidou a sair*", explicou ao **A Semana** um dos três antigos administradores.

O processo de João Higinio Silva (que era o presidente do Conselho de Administração) e de Armindo Sousa (antigo responsável pelo pelouro comercial) está inscrito no Tribunal

Cível da Praia com o número 32/07. A acção envolveu, inicialmente, um valor de 29 mil contos. Mas **A Semana** sabe que agora o montante baixou para 20 mil contos, já que João Pereira, ex-director de Manutenção e Operações de Voo, abdicou da sua parte (nove mil contos), chegando a um acordo com a empresa, que lhe proporcionou, nas palavras de uma fonte, "*certas regalias*". Pereira ficou sem moral, referem as nossas fontes, para pedir uma indemnização, uma vez que foi um dos directores convidados por Gilles Filiatreal, que agora dirige a companhia aérea, a continuar na empresa. "*Não seria correcto que João Pereira metesse uma acção contra a empresa, pedindo uma indemnização, depois de ter sido convidado a continuar na nova administração e a ganhar um salário duas vezes superior*", explica uma fonte deste jornal.

Entretanto, João Pereira desvinculou-se da TACV, no dia 1 do corrente mês, por discordar da forma como Filiatreal está a dirigir a empresa. Já Higinio Silva e Armindo Sousa, afastados dos destinos da companhia há já mais de um ano, mantêm a acção e querem cada um uma indemnização de dez mil contos.

Rita Vaz da Silva

Governo prorroga o mandato do

Director-geral da TACV

O ministro das Infra-estruturas, Transportes e Mar revelou, em exclusivo a este jornal, que o governo não renovou o contrato de gestão com a Sterling Merchant, mas tenciona manter à frente da TACV apenas o actual director geral, Gilles Filiatreal, pelo menos até à conclusão da privatização da companhia aérea nacional.

"*Por ora, o governo só prorrogou, provisoriamente, a continuidade de Gilles Filiatreal no cargo de Director Geral por um período de dois meses, que é o tempo suficiente para se concluir com o Banco Mundial as negociações para o financiamento desta fase da privatização da TACV*", garante Manuel Inocêncio Sousa.

O governante salienta que todo o dossier da privatização da empresa foi entregue ao BM, há mais de dois meses, motivo por que espera, a qualquer momento, luz verde daquela instituição internacional sobre o financiamento solicitado. "*O dossier no poder do Banco Mundial inclui não só todos os documentos para possíveis parcerias a se estabelecer, como também os para o lançamento do concurso público para a privatização da companhia. Se tudo correr como está planeado, prevemos concluir o processo da privatização da TACV até meados de 2008*".

Inocêncio Sousa insurge-se todavia contra as críticas tornadas públicas, segundo as quais a gerência da companhia anda a vender os seus principais patrimónios para depois apresentar números que induzem as pessoas a pensar que a situação financeira da empresa tende a se recuperar. "*Para já, não é com a venda de nenhum património que se vai viabilizar financeiramente uma empresa. Além do mais, os principais edifícios, com destaque para o do Plateau que ainda se encontra ocupado, não foram ainda alienados. Mas o governo autorizou, desde há muito, a direcção da empresa a alienar esses patrimónios*", assevera o titular da pasta das Infra-estruturas, Transportes e Mar.

O governante escusou-se, no entanto, a comentar a notícia sobre a acção de arresto de equipamentos da TACV a ser movida e algumas "*inverdades sobre a gestão da TACV*" postas, conforme ele, a circular num dos jornais da praça. É que o ministro, segundo se depreende das suas palavras, encara com optimismo o processo da reestruturação e privatização da companhia aérea cabo-verdiana.

ADP

TAXAS DE JURO		
Data	Tipo	Taxa (%)
	Oficiais	
31-05-1999	Redesconto	8,5
26-02-2005	Cedência de Liquidez	7,5
05-09-2003	Absorção de Liquidez	1,0
11-12-2007	Mercado Monetário Interbancário	6,00
06-12-2007	Taxa Base Anual	3,46
Títulos da Dívida Pública		
06-12-2007	Bilhetes de Tesouro - 91 dias	3,50
12-12-2007	Obrigações de Tesouro - 6 anos	5,50

MERCADO DE INTERVENÇÃO				
Data Emissão	Tipo	Prazo (Dias)	Taxa	Montante
2007-12-06	TIM	182	4,523	220.000.000,00
2007-11-02	TIM	182	4,500	200.000.000,00
2007-12-10	TIM	182	4,500	350.000.000,00
2007-12-03	TRM	14	4,000	1.000.000.000,00



BANCO DE CABO VERDE

(www.bcv.cv)

TAXAS DE CÂMBIO DO DIA 05-12-2007				
País	Moeda	Unid.	Compra	Venda
CANADA	CAD	1	74,332	74,473
SUÍÇA	CHF	100	6.616,135	6.628,911
DINAMARCA	DKK	100	1.476,600	1.479,289
EUROPA	EUR	1	110,265	110,265
INGLATERRA	GBP	1	153,850	154,153
JAPAO	JPY	100	67,073	67,200
NORUEGA	NOK	100	1.377,398	1.380,088
SUECIA	SEK	100	1.170,980	1.173,837
ESTADOS UNIDOS AMERICA	USD	1	78,052	75,254
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810
AFRICA DO SUL	ZAR	1	11,084	11,286

Suspeita de desvio de três mil contos nos Correios da Boa Vista



Depois da notícia de desvio de um cerca de dois mil contos desviados nos Correios de São Domingos, seguindo-se a fuga do chefe daquela estação postal, chegam rumores de que também na ilha da Boa Vista a empresa está a enfrentar uma situação de crise. Fontes de A Semana na ilha das dunas garantem que o chefe dos Correios, José Dionísio Lima, terá desviado três mil contos dos cofres da empresa. Confrontado com este facto, o presidente do CA, Filinto Santos, prefere falar em “falhas de gestão”.

Tudo indica que os montantes destinados ao pagamento dos fundos de pensão, sob a responsabilidade dos chefes das estações dos Correios espalhados pelos municípios do país, passaram a constituir um estorvo à boa gestão desta empresa. É que, ainda sem se refazer do susto resultante do desaparecimento dos cerca de dois mil contos

dos Correios de São Domingos, com o responsável da Estação desaparecido de circulação, a empresa é confrontada com mais um caso de alegado desvio, desta feita na ilha da Boa Vista, onde estão em causa cerca de três mil contos. “Em toda a ilha da Boa Vista circulam rumores de que o chefe dos Correios terá retirado cerca de três mil contos do cofre da empresa. Não sabemos o que aconteceu, mas o certo é que o Sr. foi afastado da chefia e está a prestar serviço no balcão”, dizem.

Confrontado com mais este facto, o presidente do Conselho de Administração dos Correios de Cabo Verde, Filinto dos Santos, assume apenas que “houve falhas de gestão na ilha da Boa Vista”, mas não tem nenhuma prova em concreto que o levem a acreditar em desvio de fundos. “Até agora, o que apuramos é que houve ineficiência no

serviço, que trouxe algum prejuízo para a empresa. Estes dados foram apurados num processo de controlo normal, ou melhor, numa auditoria interna”, assegura o responsável dos CCV.

Relutante, Filinto Santos informa ainda que está em curso um processo disciplinar que determinará o que estará por detrás desse... “desfalque”. Enquanto isso, note-se, o presidente do CA dos Correios prefere acreditar que não houve desfalque ou desvio de dinheiro, mas tão-somente “falhas na gestão”. Entendimento diferente têm os funcionários antigos dos Correios, para quem esta é uma situação complicada que resulta de uma política permissiva levada a cabo pela direcção dos Correios. “Já tínhamos dito e voltamos a repetir: Como é possível uma pessoa entrar para os Correios como contratado e, pouco

depois, assumir a direcção”?

Mas os maiores responsáveis por esta situação, admite a ‘velha guarda’ dos CCV, são os funcionários que se acomodaram na profissão e não se preocuparam em aumentar o seu nível de instrução. Com isso, dizem, quando abrem os concursos para chefias eles não preenchem os requisitos necessários e são ultrapassados. Assim, são contratadas pessoas formadas mas que não vestem a camisola dos “Correios de Cabo Verde”. “Por causa disso, os CCV vão continuar a ser fustigados por desvios e roubos. Aliás, começam a circular rumores sobre outras estações, sobretudo nos municípios onde circulam elevadas somas, como é o caso de Assomada, em Santa Catarina. E muitos serão denunciados nos próximos tempos”, vaticinam estes funcionários.

Constância de Pina

Proprietários dos terrenos do Maio querem resposta da Câmara e da Justiça

A decisão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), que considerou que as denúncias apresentadas pelo Ministério Público contra o presidente da Câmara do Maio, Manuel Ribeiro, não são suficientemente graves para que ele perca o mandato, despoletou outra questão: Quem vai ressarcir os proprietários dos terrenos privados vendidos pela edilidade. Filomena Rosa Silva, natural de Calheta, garante que está a aguardar resposta da Câmara e da Procuradoria-Geral da República, de preferência garantias de que os terrenos alegadamente vendidos ainda são seus. Afinal trata-se de direitos e garantias cobertos pela Constituição da República de Cabo Verde.

Aos 52 anos, Filomena Rosa Silva, ou melhor Mena, nunca imaginou que os terrenos que comprou ao seu pai há muitos anos atrás e do qual conhece mal a real dimensão iriam se transformar em arma de arremesso político. “Nós estamos aqui à espera para ver o que virá a seguir. Em 2000, vieram pessoas estranhas medir os nossos terrenos. Alertados por algumas pessoas, fomos lá e mostramos que os terrenos eram privados. As pessoas foram embora e nunca mais tivemos contacto. Depois começaram os rumores de que os terrenos tinham sido vendidos pela Câmara do Maio”, revela Mena.

Não conseguiram confirmar os rumores, prossegue a nossa entrevistada, mas foram procurados pelo presidente do Maio, Manuel Ribeiro. “Mostrámos os documentos e alguns mapas e ele entendeu que, de facto, os terrenos eram privados. Foi então que ele nos aconselhou a vender uma parte e ficar com o resto porque, como disse, em pouco tempo Calheta iria transformar-se em Vila e os nossos terrenos iriam valorizar-se. Ele próprio nos disse que esses terrenos eram a garantia do nosso futuro. Por isso não entendo como ele pôde vender os nossos terrenos, sem nos dizer nada. Nunca nos deu uma satisfação”.

Decorridos sete anos, ainda são poucos os proprietários que acreditam que a Câmara do Maio vendeu os seus terrenos até porque, dizem, “nunca mais ninguém apareceu para medir os solos e não fizeram nenhuma obra ou intervenção nos terrenos. E mais, nenhum proprietário recebeu um único centavo da alegada venda”, asseguram.

No caso de Mena, esta explica que, salvo umas pedras derrubadas devido a uma passagem feita por pessoas que iam retirar água de um poço, está tudo como quando comprou o terreno. “Estamos a aguardar respostas concretas das autoridades nacionais – Câmara ou PGR - de preferência garantias de que esses terrenos nunca deixaram de ser nossos”.

Esta atitude de Filomena Rosa Silva vai contra a ideia defendida pelo PAICV - Maio, que desafiou os proprietários de terrenos privados vendidos pela autarquia maiense a apresentarem queixa contra o edil. É que, de acordo com os tambarinas, o Acórdão do STJ confirma a alegada “má” gestão na Câmara. “Ficou provado que largas parcelas de terreno, com dimensões significativas na ilha do Maio, foram alienadas sem o respeito pelos procedimentos legais”, assegura o líder da bancada do PAICV na Assembleia Municipal, Filinto dos Santos, para quem o STJ reconfirmou também que foram vendidos terrenos por preço inferior ao aprovado pela AM.

Filinto dos Santos assegura ainda que o STJ deu como provado que altos responsáveis, da confiança política do presidente da CMM, Manuel Ribeiro, beneficiaram de lotes de terreno em condições muito favoráveis. “Houve contracção de empréstimos junto de particulares, o que é manifestamente ilegal sem a devida deliberação da CM. Tampouco tiveram autorização da AM para o fazer”, denuncia o líder do PAICV no Maio.

TERRENOS POR EQUIPAMENTOS

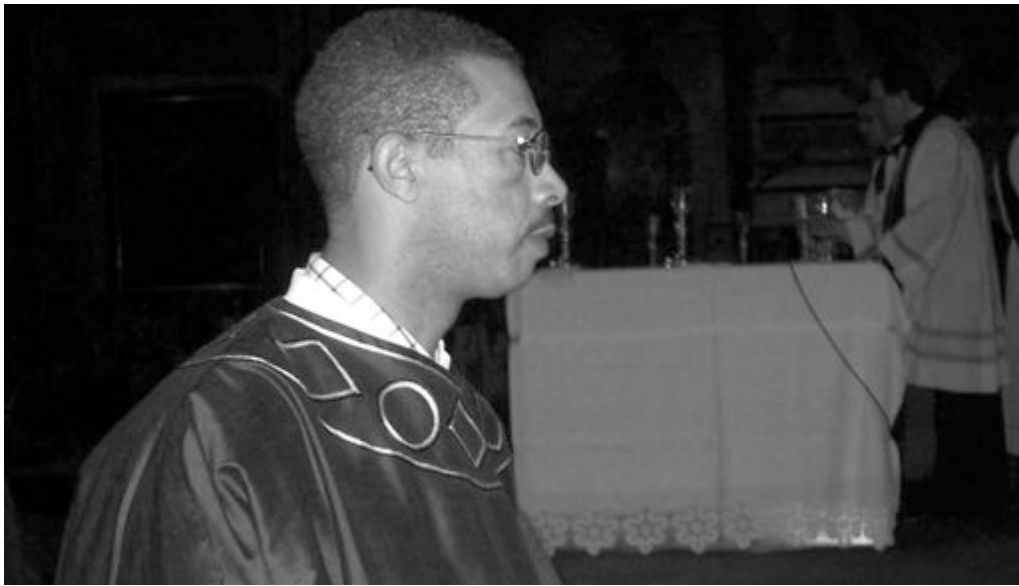
Do leque de denúncias, o PAICV entende que ocorreram e ficaram provadas “permutas de terrenos por equipamentos, entre os quais computadores portáteis e viaturas, sem qualquer avaliação técnica e contra todas as regras de transparência”. E porque o STJ se pronunciou apenas contra o pedido de perda de mandato, Filinto Santos considera que ficou em aberto a possibilidade de outras instâncias deliberarem sobre a gestão “danosa”, pelo que o PAICV pede ao Ministério Público para agir, no sentido de as responsabilidades serem assacadas. “O município, o Estado e os proprietários lesados devem ser compensados”, desafia.

Já o MpD, que ao longo desse processo deixou Manuel Ribeiro “desamparado”, aparece agora a proclamar a inocência do autarca. Num comício do MpD, na Vila do Porto Inglês na semana transacta, Jorge Santos tentou passar a mensagem de que as denúncias e acusações foram urdidas por este jornal e pelo PAICV e manifestou a sua total confiança em Manuel Ribeiro, a quem “desafiou” para se candidatar a mais um mandato à frente dos destinos da ilha. A Semana responde a Jorge Santos.

E na senda do partido que sustenta a Câmara do Maio, e sem intenção alguma de “urdir” qualquer acusação infundada sobre ninguém, este jornal pergunta a Jorge Santos se, afinal, ele é a favor de que se venda terreno do Estado por “tuta e meia”, se troque o património de todos os cabo-verdianos por computadores portáteis e favores inconfessados. Enfim, se ele defende esse negócio de compadres e comadres, camaradas e comanditas do MpD “urdido” no Maio e comprovado agora pelo acórdão do STJ que fez prova sobre o que agora convencionou chamar de “irregularidades que não dão perda de mandato”. A resposta do senhor presidente do MpD de preferência na próxima edição deste jornal, serviria, cria sr Jorge Santos, servirá para, mais uma vez, A Semana informar os cabo-verdianos como determinados dirigentes cabo-verdianos cuidam ou pensam cuidar, o bem comum destas ilhas. Esclarecerá ainda, Sr presidente do MpD, aos cabo-verdianos acerca da coerência do seu discurso, ou seja, está mal e é um escândalo quando são os outros e está tudo bem quando a “irregularidade” e a mama é de gente do MpD. Sim, A Semana tanto pode “urdir” um artigo sobre a ambivalência moral do MpD, como compor um título de Garcia Marquez “o general no seu labirinto”.

Importa referir que este processo foi despoletado em 2005, quando um grupo de cidadãos do Maio denunciou ao A Semana que o autarca maiense se apossou dos seus terrenos, vendendo-os a terceiros, sem a sua autorização. As denúncias desses cidadãos foram confirmadas por uma inspecção do Ministério das Finanças, que apontou falhas na gestão de Manuel Ribeiro, como a venda de terrenos, públicos e privados, sem cobertura legal.

CP



Santa Catarina do Fogo ordena o seu primeiro padre

A Paróquia de Santa Catarina do Fogo vai ordenar aquele que é o primeiro filho de terra a tornar-se padre. Domingos Gomes Alves Mendes (foto), natural de Dacabalaio, será ordenado padre no próximo domingo, 16, na capelinha de Nossa Senhora de Fátima em Roçadas, pelo bispo de Santiago, D. Paulino Livramento Évora.

Domingos Mendes nasceu a 15 de Abril de 1968, em Dacabalaio-Roçadas, oriundo de uma família católica. Entrou para o seminário de São Vicente em 1996 para, no ano seguinte, iniciar o Postulando. Dois anos depois entrou para Noviciado em Cabanas de Viriato – Viseu Portugal, onde fez profissão simples. Já no ano seguinte, e Pós-Noviciado, entre 1999 e 2003 – fez os estudos académicos na faculdade de Teologia de Porto. Este futuro padre fez ainda a sua

experiência Fraterna e Pastoral na paróquia de São Lourenço, ilha do Fogo (2002/03), tendo terminado o estágio/formação em Lisboa, em 2004.

Fez a Profissão Perpétua na paróquia de Porto Novo (Santo Antão), foi Instituído Leitor na paróquia de Nossa Senhora de Amial (Porto), Acólito na mesma paróquia e viu a sua ordenação diaconal no dia 3 de Dezembro do ano passado nos Mosteiros dos Jerónimos (Lisboa).

Domingos Mendes está a terminar o mestrado Integrado de Teologia na faculdade no Porto. E será ordenado Presbítero no dia 16 de Dezembro.

Orgulhosos estão os católicos da paróquia de Santa Catarina com o seu primeiro padre filho da terra, e esperam que possa vir a trabalhar na paróquia da Cova Figueira. Mas **A Semana** está em condições de avançar que, após a

sua ordenação, o padre Domingos Mendes cumprirá missão na Vila da Ribeira Brava, ilha de São Nicolau.

Domingos Gomes Alves Mendes é o primeiro padre natural da paróquia de Santa Catarina e o quarto da ilha do Fogo, depois de António Fidalgo Barros, Lourenço Rosa e José Pires. No calendário do próximo ano, nasce mais uma ordenação desta feita na comunidade paroquial de Nossa Senhora da Conceição. Trata-se do fogueense, Egídio de Pina, natural da localidade de Monte Grande.

A ordenação diaconal de Egídio de Pina está programada para 6 de Janeiro na Paróquia de Santo Amaro Abade, Tarrafal de Santiago. Será ordenado presbítero em meados de Junho/Julho na paróquia de Nossa Senhora da Conceição em São Filipe.

Nicolau Centeio

Moradores da Prainha protestam contra o alargamento da rua

Os moradores da Prainha – zona nobre da cidade da Praia – estão descontentes com o projecto da Câmara Municipal que prevê o alargamento e asfaltagem da estrada que dá acesso ao bairro. É que para executar o plano, os jardins e acácias, sob o cuidado dos moradores há mais de 20 anos, terão que desaparecer para desespero dos amantes do verde. Através de um abaixo-assinado, cerca de 20 residentes protestam contra a decisão da CMP, que, segundo afirmam, “*põe em causa a preservação do meio ambiente*”. Além da preocupação ambiental, os subscritores do abaixo-assinado temem os riscos de acidentes rodoviários.

Para os moradores, a CMP “*pretende alargar a via principal da Prainha, que vai até ao Hotel Praia Mar, transformando-a numa via rápida que vai beneficiar apenas o acesso às residências nesse bairro e a uma parte do Palmarejo. E que para isso será necessário destruir um número considerável de árvores e jardins*”.

O alargamento daquele bairro faz parte do projecto de requalificação dos tecidos urbanos que vai asfaltar desde a zona da Fazenda até a Prainha. De acordo com o abaixo-assinado – enviado à CMP pelos moradores – está previsto indemnizar alguns residentes que cuidam dos seus jardins há mais de 20 anos. Mas eles insistem em salvar “*estes bens*”, numa cidade onde existem poucas árvores, pois, referem,

“*o desaparecimento desses espaços verdes e floridos toca profundamente os seus obreiros*”.

Contactado por este semanário, o director-geral das Obras Públicas, Carlos Dias, garante que as obras, orçadas em 11 milhões de euros, não vão afectar os moradores da Prainha nem o meio ambiente, e que “no lugar das seis árvores ora aí existentes serão plantadas outras 22. “*Os moradores não têm do que reclamar porque vão sair beneficiados. Hoje reclamam, mas amanhã vão aplaudir*”, salienta.

Este responsável afirma que foi feita a apresentação pública do projecto e que o mesmo sempre esteve aberto para discussão. Por isso, diz, é estranho que só agora essas pessoas se manifestem. “*Entendo a preocupação dos moradores quando reclamavam que a rua precisava de ser asfaltada e agora que vai ser feito o trabalho mostram-se preocupados. Acho que tem alguém por detrás destas acusações e acredito que esta preocupação não é com o ambiente*”, acusa.

O director-geral das Obras Públicas esclarece ainda que não há indemnizações a pagar porque “*ninguém foi autorizado a fazer plantações nem jardins na zona. Técnicos da área do ambiente já estudaram o local e depois que terminarmos as obras vão ser colocadas mais árvores e de melhor qualidade. Não é nossa intenção acabar com o verde*”, conclui.

JP

Vítima de assaltos pede mais rigor à PN

Vítima de vários assaltos, Manuel António Melo, 54 anos, entende que a Polícia Nacional não está a agir com o rigor que a sua situação exige. É que, diz ele, mesmo depois de ter denunciado o meliante, a polícia deixou-o solto, este já o agrediu e agora ameaça-o.

Manuel António Melo revela que o mais recente assalto de que foi vítima aconteceu no dia 30 de Novembro. Procurou a PN e denunciou o alegado ladrão. “*Ele chegou a ser detido e interrogado pela Polícia e, conforme fui informado na esquadra, ele confessou que me tinha assaltado à frente de um bar na Rua de Matijim, em São Vicente. Mas, para o meu espanto, ele foi solto logo de seguida. O pior é que agora ele está a me ameaçar por eu o ter denunciado à Polícia*”, informa Melo, que fala em mais dois assaltos de que foi vítima, um ocorrido nas imediações da Praça Estrela e outro próximo do Clube Derby.

O mais caricato nesta situação é que Melo diz conhecer bem esse seu algoz. Exactamente por isso, pede protecção da Justiça, sob pena de se defender com as suas próprias mãos e com armas que lhe dêem garantias de segurança. “*Sinto-me desprotegido e já que a PN nada pode fazer para garantir a minha segurança, vou ter de me defender. Estou a falar de uma pessoa que já esteve presa por roubo. Portanto, é recidivante e ninguém faz nada*”.

O Chefe da Esquadra do Mindelo, Manuel Correia, admite que é complicado deter alguém fora de flagrante delito. Entretanto, neste caso, como Melo alega que foi agredido, afirma Correia, a vítima deverá procurar a Polícia e fazer uma nova denúncia. “*Inclusive, se tiver ofensas corporais, a PN encarrega-se de lhe passar uma guia. Esses dados passam a constar do processo. São mais elementos que se juntam ao processo*”.

CP

Brinquedos preocupa PN

Os brinquedos considerados perigosos poderão ser apreendidos pela Polícia Nacional, em S. Vicente. A PN accionou o alerta na expectativa de evitar eventuais acidentes nesta quadra natalícia entre as crianças, por causa do uso de pistolas e foguetes. O serviço de Piquete já foi instruído para dar um tratamento adequado às denúncias que apontem para a utilização de foguetes, que são peça feitas de matérias explosivas susceptíveis de provocar graves lesões além de incomodarem as pessoas.

Até este momento, a Esquadra do Mindelo já registou apenas um caso de ferimento numa criança, provocado por uma bala de plástico, disparada de uma pistola de brinquedo. “*Vamos fazer rusgas às casas comerciais e verificar que tipo de brinquedos andam a vender*”, informa a Esquadra da PN no Mindelo no centro da cidade, que se mostra particularmente preocupada com a venda de foguetes por esta altura do ano. Aliás, uma fonte da PN diz estranhar como este género de material consegue entrar no mercado cabo-verdiano por esta altura do ano. Na sua perspectiva, a Alfândega precisa apertar a vigilância a determinados tipos de mercadoria, “*senão, daqui a pouco, começam a entrar bombas aqui dentro*”, considera.

KzB

A angústia do Comandante Moniz



EDUÍNO MONIZ

Muito já se disse sobre a situação dos TACV. Meio mundo registou já a sua preocupação em relação à situação da empresa. Só o Governo – que tem pleno conhecimento da situação catastrófica em que os TACV se encontram, derivada da gestão da actual direcção dos TACV – se mantém quieto e mudo. Impávido e sereno, como se nada fosse com Ele. Nem, ao menos, simulou desmentir o duo Germano Almeida/Gil Évora, pelas claras denúncias da situação desastrosa prevalente na empresa.

Falou-se sobre a disparatada decisão de venda de património, em uma tentativa cigana de contribuição para o saneamento financeiro da empresa. E o Governo... mudo.

Diante dos planos comerciais sem qualquer estudo prévio, e sem a referenda dos colaboradores mais directos (que, diga-se em abono da verdade, parecem estar todos psicologicamente amputados) assiste-se, atónito e incrédulo, à derrapagem da situação dos TACV, desta feita, com o beneplácito do próprio Ministro de tutela.

Diante da preocupante baixa de qualidade dos serviços prestados (que se pode ilustrar com os casos gritantes dos voos de Lisboa que costumavam consubstanciar o nosso melhor tráfego), o senhor Ministro dos Transportes

não tuge nem muge.

Diante da concentração de todos os poderes de decisão na pessoa do DG (mantendo-se, no entanto, os salários para os demais titulares, transformados em meras figuras decorativas, com o único escopo de ludibriar as autoridades internacionais e de evitar que a empresa perca a categoria 1) há um silêncio ensurdecedor da parte das autoridades nacionais. Ninguém diz nada.

Aliás, em matéria de fingir autoridades e trabalhadores, Maradona não faria mais nem melhor: basta ver o dribble deste Pelé canadiano na alteração do GOM (no capítulo 8) de modo a ludibriar tanto os Pilotos como a própria Agência da Aeronáutica Civil.

Manter um contingente mínimo de pilotos necessários para manter a frota no ar, tem sido à custa de cedências a chantagem: aumentou os honorários do DOV e do Chefe de Frota (dois pilotos estrangeiros) diante da ameaça dos mesmos de se irem embora, sabendo, como sabem, que, actualmente, nenhum piloto nacional graduado está disposto a aturar os despropósitos do actual DG.

A forma como manipula e organiza retaliações contra a lista dos que, na empresa, pensam pela própria cabeça (e que ele rotula de “problemáticos”), instalando um clima de terror na empresa, colocando-os na prateleira e suspendendo-lhes, arbitrariamente, o pagamento das compensações pecuniárias a que têm direito.

Os vários problemas que a empresa teve com os voos de e para a Europa e Boston, e a ameaça da companhia poder ser proibida de operar para Lisboa, foram as consequências visíveis da falta de critérios nos despedimentos, os quais originaram um autêntico CAOS, dificuldades na gestão e atrasos que chegaram a comprometer o nosso Estatuto de Operador Aéreo.

Uma gestão desmiolada e preocupada em contar tostões. Não se compreende que se corte nos bagageiros (que ganham pouco mais de 200 euros/mês), mas cujo défice gera atrasos, tanto nas partidas como nas chegadas,

com prejuízos enormes na performance e na própria imagem da companhia.

Planos, como a linha Boston via Canárias, destituídos de qualquer fundamento minimamente razoável, mais para operador de Hiace do que de alguém que conhece o negócio da aviação: pensando angariar tráfego na passagem pelas Canárias, sem negociar com as companhias que operam naquela zona, como se se tratasse de um hiacista que segue catando passageiros à sua passagem.

O desrespeito pela inteligência dos dirigentes da TAAG (que conduziu ao fracasso nas negociações, aquando da proibição baixada pela União Europeia contra aquela companhia aérea) e a subsequente tentativa de culpabilizar e processar as Assistentes de bordo (para ludibriar o Governo e a opinião pública acerca das reais causas do fracasso), dizem tudo deste canadiano, que ainda olha para a África com as lentes dos seus antepassados da época da colonização.

Ganham consistência os rumores segundo os quais o senhor Giles é o ponta-de-lança de um *lobby* e que a sua principal missão é dismantlar os TACV, reduzi-la a quase nada, de forma a que os seus mandantes possam adquirir a companhia a preço de sucateiro. Parece levar a missão tão a peito (ou será tão desprovido de bom-senso) que se esquece que, nessa sanha, põe em risco a segurança aérea, arrisca-se a perder a certificação de ETOPS, e, pior de tudo, está pondo em risco todos os elementos e valores que levaram à conquista da Categoria 1 e que custaram muito esforço e desmedida dedicação de todos e ao longo de décadas.

Não posso, por isso, deixar de manifestar a minha estranheza diante da reacção (ou da não reacção) da tutela, que se mantém impávido e sereno como se tudo estivesse bem. Como se Gil Évora fosse um ilustre desconhecido. Como se Germano Almeida fosse apenas mais um enfant terrible a chatear. Como se tudo fosse um mar de rosas e as reacções que têm vindo a público se devessem a birras dos

seus autores. E diante de tudo isso, quando o senhor Ministro dos Transportes abre a boca é para dizer (sem qualquer base de sustentação, é bom dizê-lo) que a situação financeira dos TACV vai bem. Se pensou que convenceu os cabo-verdianos, é caso para pensar se não estará olhando para nós, CÁ EM BAIXO, com as mesmas lentes arianas do canadiano Giles. E, se for o caso, e se ainda lhe restarem algum respeito pelo Chefe do Governo (a que AINDA, formalmente, pertence) e pelo Estado de Cabo Verde, o senhor Ministro dos Transportes devia pedir as suas contas e partir. Afinal não estamos numa qualquer república das Bananas. Se estamos num País que se integra hoje o rol dos países de rendimento médio, se temos uma parceria especial com a União Europeia, se somos um exemplo de democracia em África, se temos os índices de desenvolvimento humano que temos, se somos dos poucos países que, neste hemisfério, podem abrir a boca e dizer, sem titubear, que somos um ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, é porque, mesmo nos piores momentos da nossa história, os cabo-verdianos sempre se deram ao respeito, sempre souberam se respeitar-se. A diferenciação entre governantes e governados nunca se deixou resvalar para a soberba, para a sobrançeria ou para a falta de respeito. E muito mal anda quem ameaçar quebrar este pacto tácito.

Quem quiser ouvir que ouça. Quem quiser fazer orelhas moucas, esteja à vontade. Só não façam como aquele meliante que, pego em flagrante e conduzido à esquadra policial, arguiu o seu captor como sendo da oposição e que, por isso, quanto dizia o seu auto de captura, não tinha qualquer valor.

Eu não me revejo no black & white em que se quer transformar a sociedade cabo-verdiana. Há muito mais entre o preto e o branco do PAI e do MpD do que admite a nossa vã filosofia. E eu me situo naquela faixa dos quase 80% que não se revêem nos partidos políticos, mas que são capazes AINDA de dar a vida por um Cabo Verde melhor para as gerações vindouras.

Carta aberta ao Director Nacional da Polícia Nacional

Exm^o Sr. Carlos Graça

Por acaso o Sr. esteve sempre na minha lista de elegíveis destinatários das minhas *open letters*. E por isso resolvi escrever-lhe para compartilhar consigo algumas preocupações sobre a segurança na Cidade da Praia.

Sabe, aqui o pessoal cidadão está apreensivo e nervoso com as notícias de *caçobodi* diárias e nocturnas, que ocorrem na Cidade. Eu já recebi três *caçobodis*, um na minha casa, outro no meu carro e outro na minha pessoa. Acho que já tenho a minha dose devida...??!!

Mas, espero que o Sr. não tenha sido alvo de caço-bodi aqui na Capital. Também era o que faltava! Um grande desrespeito à Autoridade! Mas sabe como as coisas estão, ninguém se safá. Nem políticos! Talvez agora tomem mais medidas para pôr cobro a esta situação. Fez-me lembrar o surto de cólera que surgiu na Praia na década de 90. Bastou que familiares de um membro de governo e de alto dirigente de uma empresa pública tivessem apanhado a doença para terem tomado as medidas convenientes para acabar com o flagelo...!!!!? A cólera desapareceu num ápice!!

Bom, mas não é pelas doenças físicas que o tenho cá, mas sim por esse mal que está solto, principalmente, na Capital. A insegurança que grassa por aí, Sr. DN da PN! É preciso fazer alguma coisa! Sei que não depende só da polícia, mas então pressionem quem vos tutela para disponibilizarem mais equipamentos, carros de piquete e meios humanos!

Aproveitem e pressionem a ELECTRA, SA (a pérola iluminada dos praienses...) e a CMP, para que haja mais iluminação pública, além daquela do Natal (por acaso as avenidas novas cá do burgo estão bem bonitas, mas se sairmos à noite com a famelga para ver as luzes podemos ser alvos fáceis do *caçobodi*. Qualquer dia os chineses começam a vendê-lo *balato*, *balato*...!).

Já agora, digam ao pessoal que

gosta de defender os Direitos Humanos para também defendem os direitos humanos de nós os outros, os cidadãos honestos e trabalhadores, as crianças, os portadores de doenças mentais, etc. Não são apenas os presos e os delinquentes, criminosos, traficantes, branqueadores, etc., que devem ter os direitos humanos garantidos, principalmente quando os apanharem em delinquência e lhes derem os devidos correctivos policiais.

Por último, seria interessante promover uma discussão pública sobre a questão da Liberdade e da Segurança. Pelo que li num jornal, fiquei com a impressão que o valor liberdade é mais importante que o valor segurança. Aí pensei com os meus botões, num mundo globalizado como o nosso, onde até o crime organizado (tráfico de drogas, armas, pessoas) está globalizado, onde temos a ameaça permanente de actos de terrorismo, onde as alterações climáticas são uma realidade, como afirmar que aquele valor é mais importante que a segurança?? Há que conciliá-los e ter posições e posturas de equilíbrio. Não concorda comigo?

Tirando isso, a mulherada está com medo de apanhar um AVC com esses homens bonitos com a nova farda. Sempre que vejo um a aproximar-se, desvio-me do caminho. Ainda quero estar por cá mais uns aninhos.

Bom, continuação de bom trabalho e mão firme nos *caçoboderos*. Espero que quando os entregar ao poder judicial este não os solte com medidas de identidade e residência.

Boas Festas com segurança.

Helena Fontes

Cidadã a pensar se vale a pena pagar os altos impostos

SECTOR DO LOTO

Concurso N°2007/49 de 09 de Dezembro de 2007

TOTOLOTO

Números Extraídos: 20 - 24 - 25 - 26 - 29 - 34

1.º Prémio.....2.701.129,50.....0.....(JACKPOT)
2.º Prémio.....421.649,208.....52.706
3.º Prémio.....632.473,80.....212.....2.983

JOKER

Número Premiado:467103

1.º Prémio.....10.974.164,50.....0.....(JACKPOT)
2.º Prémio.....347.992,00.....0.....(JACKPOT)
3.º Prémio.....194.826,30.....7.....27.832
4.º Prémio.....324.710,50.....42.....7.731

Previsão para esta semana (Concurso n° 50 de 16-12-07)

TOTOLOTO

3 800 000\$00

JOKER

11 700 000\$00

Pode ser esta a semana da sua sorte. JOGUE!